

REFLEXÕES SOBRE A ROMANIZAÇÃO DE Balsa

Norma Musco Mendes*

Abstract

This paper discusses the character and features of Romanization in the Principate through a case study. Archaeological evidence from the city of Balsa in Algarve confirm the development of the pre-existing economic practices and the enrichment of the indigenous leading circles.

O objetivo deste artigo é divulgar os resultados parciais obtidos pela realização do projeto de pesquisa que venho realizando com o apoio do CNPq, intitulado “Romanização: conceito e prática na Lusitânia”, o qual se apóia no instrumental da teoria pós-colonial e tem como marco espacial a região do Algarve durante o Alto Império, principalmente as cidades de Ossonoba e Balsa.

É imprescindível para a nossa problemática a conceituação de Imperialismo e de Romanização.

A palavra Império (*imperium*), no final do período republicano, “traduz não só o espaço no interior do qual Roma exercia o seu poder, como este mesmo poder” (GRIMAL, P. 1999: 9). O termo imperialismo surge no século XVIII vinculado aos partidários de Napoleão, porém ganha força com os estudos do trabalhista liberal Hobson em 1902, e de Lenine em 1906, que buscavam as bases para uma teoria geral do imperialismo, ressaltando-o como um fenômeno característico da sociedade capitalista (KERNIG, C. D., 1975: 113ss.). No entanto, seguimos aqueles que vêem o imperialismo como um fenômeno histórico universal e o definimos como a ação de pensar, colonizar, controlar terras que não são as nossas, são distantes, habitadas e possuídas por outros povos. É a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante. Pode ser alcançado pela força, pela

* Professora Doutora (LHIA/IFCS/UFRJ).
E: mail: muscomendes@uol.com.br

colaboração política, por dependência econômica, social e cultural (SAID, ED.1995:38). É a criação de uma dinâmica específica da dependência, que sobrevive em determinadas práticas econômicas, políticas, sociais, ideológicas, ou seja, numa esfera cultural geral. A estas práticas culturais ou mecanismos de poder associamos o conceito de Romanização. Ou melhor, a Romanização é entendida como a própria cultura do imperialismo, cujos mecanismos divulgavam o projeto de identidade romana, o ideário de *agere civiliter*, confundindo-se, portanto, com a prática imperialista. Este ideário impunha limites e modelava de várias formas a vida pública e privada através de um conjunto multifacetado de dispositivos capazes de veicular e impor a adoção do ideal de ser romano, tais como: produção intelectual, religião, educação, remodelação dos ambientes físicos, organização administrativa, instituições, surgimento de novos grupos sociais, construção de cidades. Assim, a Romanização é vista como um processo de mudança socioeconômica multifacetada em termos de seu significado e mecanismos, implicando em diferentes processos de aculturação. Nesta perspectiva, fica implícito o reconhecimento de um contínuo desenvolvimento da cultura material nativa, aberta a processos interativos diferentes em épocas distintas e em resposta às escolhas e demandas locais, resguardando-se a alteridade.

Logo, definimos o Império Romano como uma entidade política centralizada, caracterizada por uma estrutura celular e concêntrica, a qual era fundamentada numa relação de troca de poder e riqueza entre o centro, áreas integradas, semiperiferias e periferias. Tal definição nos remete aos conceitos do modelo centro/periferia de I. Wallerstein adaptados para a aplicação ao mundo antigo, os quais nos fornecem um instrumental de análise geral para apreciar as condições específicas, nas quais o relacionamento entre comunidades de diferentes níveis de desenvolvimento econômico, político, tecnológico produziu um equilíbrio entre forças externas em termos globais (FRANK, A. G and GILLS, B.K. 1993:59ss; ROWLANDS, M. 1987; FRANKENSTEIN, S. 1997).

A aplicação desses conceitos ao caso romano implica no estudo de dois processos inter-relacionados:

- as estratégias defensivas e de competição entre o centro e os grupos periféricos;
- a criação e manutenção de um relacionamento interdependente entre várias comunidades, as quais apresentavam níveis de complexidade sociopolítica distintos.

Em relação ao primeiro processo, parece-nos evidente a permanência da ideologia tradicional expansionista e clientelística representada pela noção de *imperium sine fine*, diante da qual a região de fronteiras era indeterminada, representando uma franja de território, ou melhor, “zonas de diferenciação” (WHITTAKER, C.R. 1994:113), porém abertas às interações/conflitos econômicos, políticos e culturais entre aqueles culturalmente diferentes (MENDES, N. M., 1997 e 1998).

Em relação ao segundo processo, se torna necessária a análise da interação entre os processos regionais de grande escala com o espaço interno dos atores locais e a política de apropriação e controle, a qual gera identidades constituídas historicamente.

Neste sentido, nosso estudo da dinâmica da hegemonia imperial romana tem demonstrado que Roma, através da rede de relações de poder, administrava suas províncias não pelo uso ostensivo da coerção, mas pela cooperação das elites indígenas.

Assim, a pesquisa tem nos levado a identificar o caso romano dentro da tipologia de domínio baseada nas estratégias políticas de “mestiçagem cultural”, aquela que visa a criação de lugares de ambigüidade, possibilitando o aparecimento de identidades fronteiriças e o desenvolvimento da “prática crítica” de negociação cultural que pretende transcender às contradições dualistas. Poderíamos chamar de experiências relacionais. Assim sendo, observam-se múltiplas interpenetrações do patrimônio simbólico e intensa circulação e apropriações culturais. O patrimônio simbólico passa alegoricamente de mão em mão pertencendo a todos (BAUDRILLARD, J. 1996 e MATTA, R. da 1978).

Para melhor entendermos a complexidade das relações de poder no sistema de domínio imperial romano e dos níveis de subordinação e dominação recorreremos ao conceito de hegemonia de Gramsci, entendida como “a organização do consentimento: os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência ou à coerção” (BARRET, M., 1994:238).

A própria idéia de PAX ROMANA significava a ausência de uma política militar ofensiva em relação aos povos fronteiriços e de uma relação de poder interior por consentimento. Isto nos leva a defender a idéia de que a população nativa não foi passiva frente à ação de Roma, adotou novas idéias e as utilizou em diferentes formas, de acordo com os seus interesses, criando “experiências

divergentes” (SAID, ED.1995:64) em toda a extensão do império. Refuta-se, portanto, o Império Romano como um todo monolítico e de Romanização como um conceito de mudança social pela transferência unilateral de cultura.

Nossa pesquisa inicial revela que a tipologia do processo de conquista e anexação da Lusitânia confirma os conceitos em aplicação. O contato entre Romanos e as terras da futura província da Lusitânia se insere no contexto de organização e consolidação das províncias da Hispânia Citerior e Ulterior, após a 2ª Guerra Púnica. O primeiro choque entre romanos e os Lusitanos¹ foi em 194 a.C., dando início ao processo de gradual penetração pelo território, habitado por diversas tribos independentes entre si e diferenciadas de acordo com o nível de complexidade social, pois aquelas que habitavam a região sul, diante dos contatos com as feitorias do Norte da África, já se encontravam num estágio pré-urbano (ALARCÃO, J 1987:22).

As tribos das terras baixas próximas aos Rios Tejo, Mondego e Vouga desenvolviam a agricultura, diferentemente daquelas que habitavam as zonas montanhosas do interior, as quais se dedicavam ao pastoreio e freqüentemente saqueavam as regiões mais férteis.

O relacionamento entre a população local e os romanos foi marcado pelos enfrentamentos militares (campanhas de Viriato, entre os anos de 147 e 140, como líder de um exército formado talvez por uma confederação de tribos) e por alianças com chefes locais (Diodoro, V, 33). É interessante observar em Apiano (Livro VI) que o próprio Viriato, para garantir a independência das suas terras, assinou um tratado de paz com os romanos, passando a ser considerado *amicus populi romani*. Isto não impediu que o governador da Hispânia Ulterior, Q. Servílio Cepião, rompesse a paz e Viriato fosse assassinado. Após Viriato, a capacidade de resistência armada dos Lusitanos foi bastante reduzida, sendo apenas estimulada pela atuação de Sertório na Península Ibérica. Este momento de inserção da região no contexto das guerras civis do final do período republicano foi de suma importância para uma maior interação militar e cultural entre romanos e nativos. Proporcionou a conquista efetiva da região entre os Rios Tejo e o Douro.

O sul da Lusitânia foi ocupado desde o século III, sem que houvesse registro de uma resistência ativa. Por várias vezes os exércitos romanos se refugiavam no Algarves durante o inverno e com eles deu-se início ao contato entre romanos e o povo indígena, os Cónios.

Por outro lado, a necessidade de extração de recursos materiais e de recrutamento de tropas nativas por Sertório, Júlio César e Pompeu conduziu à incorporação dos nativos aos exércitos romanos e, conseqüentemente, à obtenção por alguns da cidadania romana. Conforme afirma J. Alarcão, “a luta dos Lusitanos contra os Romanos tornou-se, até certa medida, luta de Lusitanos associados a Romanos contra outros Romanos; nesta aliança, que as circunstâncias exigiam, se forjou uma convivência que terá contribuído para a quebra de antigos ódios” (ALARCÃO, J. 1988:27).

A região da Lusitânia, portanto, através de uma tipologia de relacionamento de uma região periférica, tornou-se aos poucos semiperiférica, até ser anexada e submetida à lei civil romana pela criação da província da Lusitânia. Algo que teve início com as reformas político-administrativas de Otávio Augusto, as quais dividiram a Península Ibérica em três províncias: a Bética, a Citerior ou Tarraconense e a Lusitânia.

A província da Lusitânia era formada pela região do Rio Douro e o Rio Guadiana, tendo a cidade de Emérita Augusta (Mérida) como capital.

A base de todo o sistema de domínio foram as *civitates*. A *civitas* constituiu-se na célula material que dava coesão a toda organização social, econômica, política e cultural do Estado Romano. Era uma unidade administrativa que pode ser conceituada como um território dotado de um governo próprio, escolhido pela assembleia local, cuja autonomia frente ao governo provincial variava de acordo com o estatuto político jurídico (as distintas formas de colônias, de municípios e de *oppida*) que lhe fora atribuído pela administração romana. A elevação das cidades e povoados provinciais à categoria de *municipium*, possibilitando aos seus habitantes o acesso à cidadania romana depois de haverem servido ao governo local como *magister*, *decurio* ou *duunviri* trazia vantagens e obrigações. Por um lado, era uma grande dignidade pertencer ao povo dominante do mundo civilizado, minimizando o sentimento de inferioridade e de subordinação inerente aos conquistados e conferindo prestígio sociopolítico para a reprodução do *status* na cidade de origem. Por outro lado, obrigava uma pessoa a fazer importantes doações e prestar serviços para a manutenção da ordem, do enriquecimento e glória do município, e, conseqüentemente, do Império.

A implantação das primeiras cidades de estatuto romano articula-se ao contexto histórico da conquista da Lusitânia, indicando o avanço romano pelas zonas, gradualmente, aliadas aos romanos. Este processo foi intensificado pelas fundações de César e de Augusto sobre os centros indígenas e reforçado

durante a dinastia dos Flávios, através da ampla concessão do direito latino aos núcleos urbanos peninsulares. Nesses núcleos urbanos, a população nativa foi acrescida por imigrantes italianos, os quais agiram como agentes de divulgação do conjunto de práticas sociais e símbolos romanos.

A cidade, muitas vezes como sucessora de um povoado indígena, foi um estímulo para a introdução dos novos conceitos de vida coletiva e de integração numa dinâmica de diálogo entre a tradição e a inovação e entre autoridade e autonomia. Daí, a considerarmos como uma construção cultural e um instrumento de poder (WHITTAKER, C.R., 1997). Desta forma, a entendemos como um discurso. Os marcos espaciais urbanos e rurais (fórum, basílicas, teatros, anfiteatros, mosaicos, pórticos, ruas, termas, monumentos, vilas, estradas, sítios mineiros) veiculam a identidade romana sobre a vida coletiva em formas simbólicas. O espaço urbano é o espaço por excelência das relações socioculturais, integrando a elite cêntrica e local e as camadas inferiores da sociedade.

Criou-se um sentimento de disciplina pública alimentado pelas elites locais, o qual se tornou o preço a pagar para manter o *status quo* da ordem imperial (BROWN, P. 1993:237).

Prioriza-se, portanto, no estudo da experiência imperialista romana, o amplo dinamismo de sua expansão, exploração e controle e a multiplicidade das experiências locais.

Na conferência que proferimos (MENDES, N.M. 2001) durante o X Ciclo de Debates em História Antiga do LHIA, tivemos a oportunidade de demonstrar, através dos testemunhos textuais, epigráficos e arqueológicos referentes ao sítio da cidade Ossonoba, a aplicabilidade dos referenciais teóricos de análise que acabamos de expor.

Neste artigo, pretendo confirmá-los com os dados provenientes do sítio da cidade de Balsa.

Igualmente à cidade de Ossonoba, Balsa está inserida nas peculiaridades da região do Algarve. A estreita faixa do litoral algarvio se estende entre a foz do Rio Guadiana e o Cabo de São Vicente. É uma região que se diferencia do restante território português, pela sua proximidade com a África, algo que possibilitou a influência de fatores afro-mediterrâneos, e por pertencer ao espaço geográfico centrado no Golfo e na colônia fenícia de Cádiz, pelo menos a partir do século VIII a.C. Considerando a riqueza mineira do sudoeste peninsular, não se estranha o interesse púnico em assumir o controle dos setores costeiros, onde terá iniciado a industrialização da pesca para a fabricação do *garum*.

A documentação textual (Estrabão, Pomponius Mela, Plínio o Velho, Claudius Ptolomeu, Rufius Festus Avieno) e material evidencia uma identificação do Algarve com a cultura fenícia, com entidades sagradas de clara conotação marítima e comprova a importância do comércio marítimo. A presença púnica na costa do Algarves deve ser situada entre os séculos V e III, pois a Arqueologia registra a existência de feitorias e colônias cartaginesas, algumas convertidas em cidade-Estado, as quais mantinham relações comerciais com os **oppida** indígenas do litoral e do interior.

A cidade de Balsa foi fundada sobre um povoado indígena situado sobre a via Baesuris-Ossonoba, perto da povoação de Luz de Tavira, ocupando as suas ruínas uma área compreendida entre a Quinta de Torre de Ares, a Quinta do Arroio e o sapal limitado pelo canal de Tavira. Todo o espólio de Balsa pré-romana, praticamente inexistente, aponta para uma ocupação relativamente pacífica. Balsa pré-romana seria um povoado pequeno com poucos habitantes (NOLEN, J.V.S.1997:328). Algo comprovado pela epigrafia que demonstra uma rápida latinização da onomástica de raiz pré-romana (ENCARNAÇÃO, J.1984:845).

A permanência do topônimo denuncia uma cidade indígena cujo nome não é latino. Tovar considera-o hispânico e Vasco Gil Mantas defende a hipótese de uma origem fenícia, considerando as relações com o Norte da África, local onde também se registra um topônimo igual e a existência, nas moedas cunhadas em Balsa entre os anos de 47 e 44, de um navio transportando uma árvore, tema que nos remete aos mitos do Mediterrâneo Oriental. Ademais, a existência na zona da cidade de topônimos como Luz de Tavira e Santa Luzia, nos quais o elemento Luz é fundamental, também reflete a presença púnica (V.G.Mantas,1997:291). Algo que podemos inferir como um sinal de manutenção de alteridade nativa.

Limitar-me-ei a analisar os testemunhos provenientes do sítio de Balsa (região da Quinta da Torre de Ares (Tavira) e Quinta das Antas) que nos levam a comprovar, durante o domínio romano, não somente a manutenção da orientação econômica tradicional como o desenvolvimento das potencialidades econômicas locais, gerido por uma elite próspera.

De acordo com as análises arqueológicas, das quais destacamos a obra de Jeannette U. Smit Nolen, podemos afirmar que Balsa manteve relações comerciais com várias regiões do mundo romano.

As primeiras importações do mundo romano são datadas do final do período republicano. A quantidade de mercadorias importadas aumenta durante o início do I século, porém foi na época de Cláudio (41-54) e dos Flávios (69-96) que se verifica um grande aumento nas importações. Este crescimento da atividade comercial foi bastante importante para a ascensão do estatuto de Balsa de *oppidum stipendiarium* (Plínio, o antigo, IV, 116, 118) para *municipium*, conforme atesta a seguinte inscrição datada do século II:

[EX DECRETO DECVRVRI?JONVM. R (es). P(ublica) BALS[ENSIUM?]

(...) por decreto dos decuriões, a república de Balsa (...) (IRCP,75).

Vejam os através do quadro abaixo uma amostragem das peças de importação².

Procedência	Peça	Época	Figura
Itália	- taças e copos de cerâmica parede fina; - pequena quantidade de lucernas; - peças de vidros entre elas tigelas.	Augusto Século I	Fig.1 Fig.2 Fig. 3
Sul da Gália	- diversos tipos de tigelas de cerâmica fina de cor vermelha - a "terra sigillata" - lisas e decoradas; - peças de sigillata clara luzente.	Século I Século III e IV	Fig. 4
Bética	- copos e taças de paredes finas; - 27% da cerâmica comum; - maioria das lucernas encontradas; - ungüentários de vidro com marcas; - ungüentário em forma de gota; - ânforas de vinho; - ânforas de salga de peixe; - ânforas de azeite.	Século I ao Século III	Fig.5 Fig. 6
Germânia (Colônia)	- ungüentários; - ungüentário em forma de anforeta; - taça decorada com cabuchões (objetos de luxo).	?	Fig. 7 Fig. 8 Fig. 9
África	- lucernas; - vasos fechados de terra sigillata clara; - 23% de toda a cerâmica comum de cozinha (caçarolas, pratos , panelas).	Meados do século II ao Baixo Império	Fig.10 Fig. 11
Médio Oriente e Chipre	- vasos de vidro, tigelas, pratos, copo, bilha; - ungüentários; - amuletos.	Alto e Baixo Império	Fig. 12 Fig.13

Quais as conclusões que poderemos extrair dessas importações que denotam a inserção de Balsa no circuito comercial mediterrâneo?

Inicialmente, com a ajuda da epigrafia, fica comprovada uma população compatível com a posição de Balsa como cidade marítima. Os habitantes de Balsa caracterizavam-se por sua origem variada: população indígena, africana, numerosos *cognonima* gregos, a maior parte concentrada no grupo social dos libertos e um grupo oriundo de emigração itálica, o qual teria controlado a sociedade local e está epigraficamente representado pela família dos *T. Manlii* (ENCARNAÇÃO, J. 1987:8).

A população parece ter sido, durante a época alto imperial, bastante humilde, sem grande poder econômico; porém, a existência do grupo referido acima, possivelmente ampliado por nativos “romanizados” e por libertos, permitiu a realização das importações de luxo provenientes, principalmente, da Itália, Germânia e Médio Oriente, e a adoção dos padrões de identidade romana para a vida coletiva. Algo comprovado pela referência nos textos epigráficos às apropriações culturais, tais como: construção de um circo, possivelmente de um aqueduto e de termas (V. Gil Mantas, 1997: 292), realização de jogos, culto imperial, patronato comunitário, realização de banquetes.

A ligação com o Médio Oriente estaria relacionada com a diminuição dos contatos comerciais dos portos lusitanos com a Bética, em decorrência da diminuição da produção, sofrida pelas rigorosas medidas impostas por Sétimo Severo aos seus opositores béticos. Esta interpretação também é sustentada pelo reconhecimento oficial, pelo Edito Máximo, da tarifa do frete marítimo entre a Lusitânia e o Oriente e entre a África e a Hispânia, sendo, ainda, largamente comprovada pelos testemunhos arqueológicos.

Igualmente a Ossonoba, a cidade de Balsa contava com recursos agrícolas, mineiros e florestais. Apesar de a mineração e as atividades agrícolas contribuírem para a riqueza da cidade diante da existência de *villae* no vale do Rio Guadiana, as atividades marítimas eram as mais significativas para o enriquecimento da cidade, principalmente aquelas ligadas à pesca, à produção do *garum*³ e de outros preparados provenientes da piscicultura.

O *garum* era um condimento muito apreciado no mundo romano. A distribuição dos produtos estava nas mãos de intermediários, geralmente membros das mais ricas famílias da região. A produção do *garum* deixou vestígios seguros ao longo do litoral de Balsa, assim como existem provas

da produção de ânforas próprias para o transporte dos preparos de peixe. Foram encontrados centros de olarias que produziam ânforas do tipo Dressel 14, Almagro 50, Almagro 51 a-C e Almagro 51c, específicas para o transporte do *garum* e que garantiram o comércio do século I ao V. Especificamente as do tipo Almagro 50, datada do século II, por serem estampilhadas, foram identificadas nas diversas regiões da rota marítima para Roma (Óstia, Narbo). Uma delas, com a estampilha “*LEV.GEN.*” (L. Eu...Genialis), foi encontrada na Tingitânia e na Palestina, comprovando a exportação de produtos piscícolas para regiões distantes (EDMONSON, J.C., 1987: 157-180). Também, há registro de produção de objetos de cerâmica bem diversificados, tais como potes, cântaros, urnas, barcas, janelas, jarros, copos.

O cultivo da vinha e da oliveira deve ter sido para o consumo local, pois faltam evidências para a sua exportação. O linho e a lã também foram mercadorias oferecidas pelos comerciantes de Balsa (NOLEN, 1997: 338).

No entanto, é interessante observar que, diante da quantidade e variedade de produtos provenientes da Bética e do Norte da África, os habitantes de Balsa mostraram-se dependentes do comércio externo para a complementação de produtos de primeira necessidade: gêneros alimentícios, utensílios domésticos.

Portanto, parece-nos claro que, através principalmente da Bética e do Norte da África, a cidade em estudo participava ativamente do circuito mediterrâneo.

Os produtos de Balsa, igualmente aos de Ossonoba, certamente contribuíram para a subalternidade da navegação de longo curso da Lusitânia durante o Alto Império. Conforme defende Vasco Gil Mantas, a navegação Lusitânia estaria relacionada com a cabotagem e com a prática do transbordo de mercadorias em portos de trânsito controlados pelos portos béticos, desde antes do domínio romano, por intermédio dos quais os produtos lusitanos destinados ao abastecimento de Roma e dos exércitos fronteiriços alcançariam outras regiões do Império Romano, como, por exemplo, a Itália (MANTAS, V.G., 1990, 1993, 1998).

Parece-nos, também, que os dados apresentados acima demonstram ser pertinente a utilização do conceito de hegemonia de Gramsci. Vimos que as *civitates* se constituíram na peça fundamental para a “organização do consentimento” dentro de um sistema de dominação no qual as relações de poder continham um amplo grau de poder pessoal em cujo ápice estaca o Imperador.

Logo, inferimos que a comunidade dominada adotou novas idéias e as utilizou de diferentes formas, resguardando sua alteridade, contida nas suas experiências históricas e interesses, possibilitando o desenvolvimento das potencialidades locais.

Neste sentido, nosso estudo sobre a dinâmica da hegemonia imperial romana tem demonstrado que Roma administrava suas províncias não pelo uso ostensivo da coerção, mas pela cooperação das elites indígenas.

O tipo de relacionamento baseou-se numa rede de trocas e alianças políticas articulando os interesses da elite do centro e das elites locais. Esta rede é politicamente motivada e dirigida mais para o controle de pessoas do que para a intervenção direta nas condições tecnológicas e no intercâmbio de mercadorias, possibilitando o desenvolvimento econômico regional, o qual se fundamentou em estratégias políticas de mestiçagem cultural entre a tradição local e as inovações, possibilitando a criação de “experiências divergentes” em toda a extensão do Império Romano. É neste sentido que devemos refutar qualquer abordagem que busque uma generalização de tipos e funções das cidades no mundo romano (FINLEY, M. 1980 e PARKINS, H. 1997). Este desenvolvimento econômico regional foi caracterizado pela ausência de uma economia imperial centralizada e pela integração entre os distintos sistemas econômicos regionais, promovendo ao longo do Alto Império a incrementação do comércio inter-regional, através da unificação das áreas mediterrâneas sob uma mesma autoridade e a criação de um sistema de mercados interdependentes.

Certamente, não podemos desconsiderar a base agrícola da economia romana. No entanto, sabemos que as condições favoráveis oriundas da noção de “Paz Romana” possibilitaram o desenvolvimento da produção e do consumo, os quais encontraram no comércio o elo fundamental (HOPKINS, K. 1980; GREENE, K. 1986; RANDSBORG, K. 1991; GARNSEY, P. and SALLER, R. 1987; WHITTAKER, C. R., 1983). Assim, podemos dizer que a economia romana caracterizava-se pela produção de bens agrícolas para o mercado, seja para a troca de mercadorias, seja para a redistribuição⁴.

Ilustrações

Fonte: Nolen, J.U. Smit Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa. Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia, 1994.

Fig. 1

Taças e copos de cerâmica parede fina, da época de Augusto, provenientes da Itália. Fig.24, pf-2 e pf-4 do catálogo de Jeannette Nolen.



Fig.2

Lucerna decorada no disco com a deusa Vitória com uma palma na mão esquerda e, talvez, uma coroa na mão direita ou um atleta vencedor. Século I, proveniente da Itália. Fig.1, lu-12 do catálogo de Jeannette Nolen.

Fig. 3
Tigelas de vidro, século I, provenientes da Itália.
Fig.11, vi-3 e vi-4 do catálogo de Jeannette Nolen.

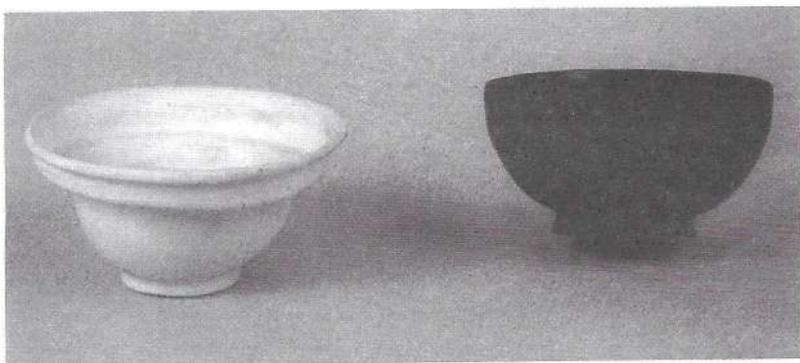


Fig. 4
Tigela de terra sigillata subgálica – decorada com animais (javali, cabra, águia), fins do século I. Fig.26, ss-39 do catálogo de Jeannette Nolen.



Fig. 5

Copos e taças de paredes finas provenientes da Bética, século I.
Fig.6, pf-2,pf-11,pf-18 e pf-16, do catálogo de Jeannette Nolen.

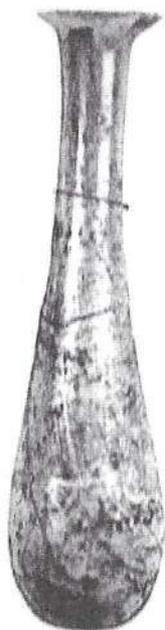


Fig. 6
Ungüentário
(armazenamento de
condimentos,
ungüentos,
medicamentos ou
perfumes) em forma de
gota, proveniente da
Bética, século I. Fig.13,
vi-52, do catálogo de
Jeannette Nolen.

Fig.7

Ungüentários: o da direita é de vidro filandroso azul-cobalto, e o da esquerda é de vidro incolor. Germânia, região de Colônia.
Fig.10, vi-49 e vi-50, do catálogo de Jeannette Nolen.

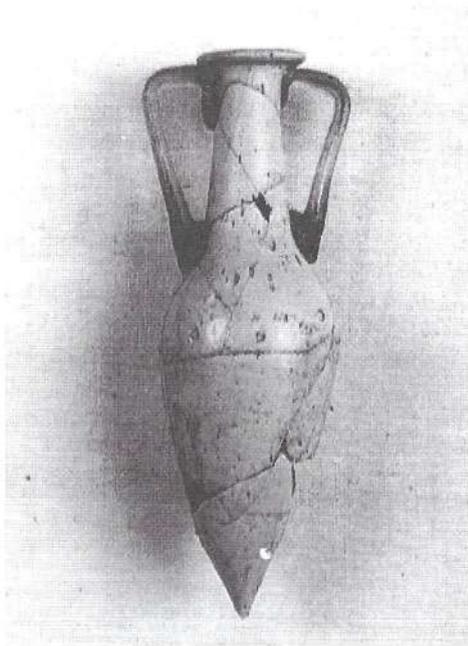


Fig. 8

Ungüentário em forma
de anforeta –
Germânia, região de
Colônia.

Fig.12, vi-51, do
catálogo de Jeannette
Nolen.

Fig.9

Taça de vidro decorada com cabuchões.
Fig. 14, vi-97, do catálogo de Jeannette Nolen.



Fig 10

Lucernas do Norte da África. Direita: decorada no disco com um cisne dentro de uma gaiola aberta. Talvez um motivo cristão: libertação da alma para ascender ao céu. A da esquerda decorada também com motivos cristãos, com folhas trilobatas que decoram a orla. No disco há uma raposa. Fig. 3, lu-53 e lu-54, do catálogo de Jeannette Nolen.



Fig.11
Cerâmica comum de cozinha do Norte da África.
Est.23 do catálogo de Jeannette Nolen.

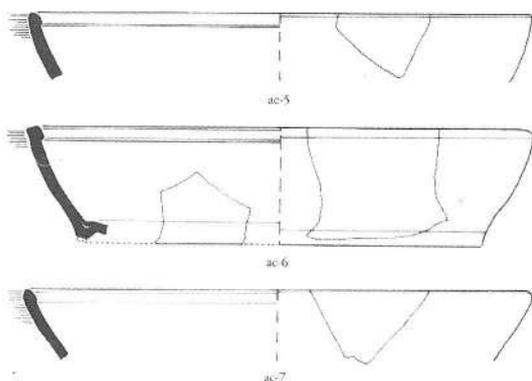


Fig.12 a e b, vi- 87
Do catálogo de Jeannette Nolen –
tigela de vidro verde-maçã com
decoração gravada de uma cena de
caça com dois cães e duas lebres
rodeando um cesto de frutas.
Proveniente do Médio Oriente,
Baixo Império.

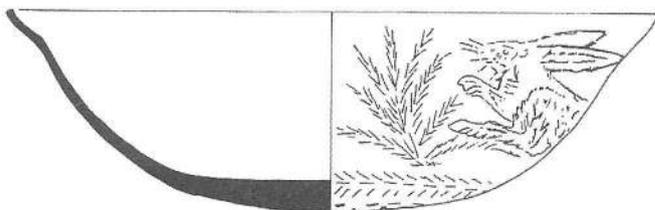


Fig. 13

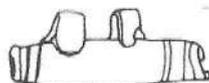
Amuletos ou lembranças de forte conotação cristã, em forma alongada, bilha, jarro, fruta (romã) e anel em vidro preto, provenientes do Médio Oriente, Baixo Império. Fig. 53 do catálogo de Jeannette Nolen.



vi-127



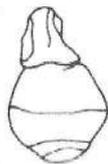
vi-128



vi-129



vi-130



vi-132



vi-133

Referências Bibliográficas

- ALARCÃO, J. Portugal Romano. Coimbra: Verbo, 1987.
- ALARCÃO, J. O Domínio Romano em Portugal. Portugal: Publicações Europa-América, 1988.
- APIANO. Roman History. Cambridge University Press, 1979.
- BARRET, M. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe
IN: ZIZEK, S. (org.) Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.235-264
- BRAUDRILARD, J. El Crime Perfecto. Barcelona: Anagrama, 1996.
- BROWN, P. Antiguidade Tardia IN: Áries, Ph. e DUBY, G. História da Vida Privada. Cia das Letras: São Paulo, 1993.
- DIODORUS SICULUS. Books IV. 59-VIII, The Library of History. Harvard University Press, 1993.
- EDMONDSON, J.C. Two Industries in Roman Lusitania London: BAR International Series 362, 1987.
- ENCARNAÇÃO, J. Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. (IRCP) *Subsídios* para o Estudo da Romanização. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 1984.
- ENCARNAÇÃO, J. A População Romana do litoral Algarvio. Anais do Município de Faro, nº XVII, 1987.
- FINLEY, M. A Economia Antiga. Porto: Afrontamento, 1980.
- FRANK, A.G.; GILLS, B.K. The World System: Five hundred years or five thousand?. Routledge: London, 1993.
- FRANKENSTEIN, S. Arqueologia del colonialismo. Barcelona: Crítica, 1997.
- FUNARI, P.P.A. O Comércio Interprovincial e a Natureza das Trocas Econômicas no Alto Império Romano: as Evidências do Azeite Bético n Bretanha. IN: PHOÏNIX. Sette Letras, 2000, 295-311.
- GARNSEY, P., SALLER, R. The Roman Empire; economy, society and culture. London: Duckworth, 1987.
- GARNSEY, P.; HOPKINS, K.; WHITTAKER, C.R. (edit.) Trade in the Ancient Economy. London: The Hogarth Press, 1983.
- GRIMAL, P. O Império Romano. Lisboa: Ed. 70, 1999.

- GREENE, K. The archaeology of the Roman Economy. London: B. T. Bastford, 1986.
- KERNIG, C.D. Marxismo e Democracia. Tomo 4 (Guerra Fria-Integração) Madrid: Ed. Rioduero, 1975.
- MANTAS, V.G. As Cidades Marítimas da Lusitânia. IN: Les Villes de Lusitane Romaine, hiérarchies et territoires. Paris: Ed. du CNRS, 1990, 149-205.
- MANTAS, V.G. A Cidade Luso-Romana de Ossonoba. IN: Actas Del I Colóquio de Historia Antigua de Andalucia. Córdoba: Cajá de Ahorros, 1993 p.515-537.
- MANTAS, V.G. As *Civitates*: Esboço da Geografia Política e Econômica do Litoral do Algarve Romano. IN: Noventa Séculos entre a Serra e o Mar. Ministério da Cultura, Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1997.
- MANTAS, V.G. Os Caminhos da Serra e do Mar. IN: Noventa Séculos entre a Serra e o Mar. Ministério da Cultura, Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico, 1997.
- MANTAS, V.G. Navegação, Economia e Relações Internacionais. Lusitânia e Bética. In: HUMANITAS – Vol.1, 1998.
- MENDES N. Musco. O limes reno-danubiano: conceito e prática no Alto Império. In: Revista PHOÏNIX, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- MENDES, N. Musco. A Descaracterização do sistema de domínio imperial romano no Ocidente. In: Revista PHOÏNIX, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.
- MENDES, N. Musco. Romanização, navegação e comércio no litoral de Algarve. In: Revista PHOÏNIX, Rio de Janeiro: Sette Letras, 2001.
- PARKINS, H.M. Roman Urbanism .Beyond the Consumer City. London: Routledge, 1997.
- PLÍNE L'ANCIEN Histoire Naturelle (Livre III). Paris, Les Belles Lettres, 1998.
- RANDBORG, K. The first millenium A. D. in Europe and the Mediterranean; an archaeological essay. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- ROWLANDS, M. Centre and Periphery: a review of a concept. In: ROWLANDS, M et alii. Centre and Periphery in the Ancient World. Cambridge University Press, 1987.

- WHITTAKER, C.R.; GARNSEY, P. (edit). Trade and Famine in Classical Antiquity. Cambridge University Press, 1983. p.113.
- SAID, E. W. Império e Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- WHITTAKER, C. R. Frontiers of the Roman Empire; a social and economic study. London: John Hopkins University Press, 1994.
- WHITTAKER, C.R Imperialism and culture: the Roman initiative IN: MATTINGLY, D.J. (edit) Dialogues in Roman Imperialism Journal of Roman Archaeology , 23. Potsmouth: Oxbow Book, 1997.

Notas

¹ Nome genérico dado ao conjunto de tribos da região da Beira interior.

² Este quadro foi elaborado com base nas informações extraídas do livro de Nolen, J.U.Smit Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares, Balsa. Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia, 1994.

³ Trata-se de um molho picante feito da mistura de tripas, cabeças, pele, ovas, sangue de peixe, água do mar, sal e fermentado durante três dias.

⁴ Vide o texto de Funari, P. P. A. O Comércio Interprovincial e a Natureza das Trocas Econômicas no Alto Império Romano: as Evidências do Azeite Bético na Bretanha. In: PHOÏNIX, Sette Letras, 2000, 295-311, que complementa a bibliografia.